

bionotícias

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL DE BIO-MANGUINHOS/FIOCRUZ • Nº50 • ABR-MAI/2012

Edição especial



PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO 6º CONGRESSO INTERNO

Um novo modelo para fortalecer a FioCruz

[7 a 12]

EMPRESA PÚBLICA FEDERAL

Estudo aponta viabilidade da proposta de Bio-Manguinhos

ENTREVISTA COM CARLOS MOREL

"Hora de fazer uma reforma progressista e inovadora"

[editorial]



|| Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar". A frase do poeta espanhol Antonio Machado ilustra bem os momentos vividos por Bio-Manguinhos nos últimos meses, quando o debate sobre a constituição de uma empresa pública federal, iniciado em 2009, se intensificou.

Percorremos um longo caminho na defesa de uma produtora de saúde nacional, governada pela Fiocruz. Visitamos unidades, propusemos mudanças, ouvimos as pessoas, esclarecemos as dúvidas, debatemos as possibilidades, dialogamos respeitando as diferenças, refletimos sobre a gestão. Enfim, buscamos uma construção coletiva, participativa e democrática, no melhor estilo Fiocruz de ser. E é a marca desta instituição que pretendemos fortalecer no setor público, ao propor mudanças no atual modelo jurídico, que nos permitam ampliar a capacidade de responder adequadamente às inúmeras demandas e desafios de um sistema que propõe ser mais humanizado, igualitário e universal de acesso.

É hora de deliberar. Acreditamos na maturidade para debater o novo modelo, na responsabilidade dos delegados para decidir, e na integralidade que fortalece a Fiocruz. Acreditamos, portanto, na diversidade e, ao mesmo tempo, na unidade desta instituição rica e democrática, que vive um momento único, oportuno e — absolutamente — extraordinário. Que venha a Plenária!

Artur Roberto Couto
Diretor de Bio-Manguinhos

bionotícias

Publicação bimestral do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz), impressa em papel suzano gloss 150g/m².



Ministério da Saúde
FIUCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos
Bio-Manguinhos

Av. Brasil, 4.365 Manguinhos – Pavilhão Rocha Lima (CTV)
Rio de Janeiro • CEP 21040-360
SAC: 08000 210 310 • Fax: (21) 3882-7176
sac@bio.fiocruz.br • www.bio.fiocruz.br

[sumário]



3 CARTA PÚBLICA
CPE apoia mudança no modelo jurídico



4 NOVO MODELO
Proposta é apresentada às outras unidades



7 CAPA PRODUÇÃO E INOVAÇÃO
Entrevistas com Jorge Bermudez e Carlos Morel



13 SINDICATO
Asfoc-SN reconhece problemas da produção



14 DEBATE
A opinião dos representantes da Fiocruz

PRESIDENTE DA FIOCRUZ PAULO ERNANI GADELHA VIEIRA **DIRETOR DE BIO-MANGUINHOS** ARTUR ROBERTO COUTO **VICE-DIRETORA DE GESTÃO E MERCADO** CRISTIANE FRENSCH PEREIRA **VICE-DIRETORA DE QUALIDADE** MARIA DA LUZ F. LEAL **VICE-DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO** MARCOS DA SILVA FREIRE **VICE-DIRETOR DE PRODUÇÃO** ANTONIO DE PÁDUA BARBOSA **CHEFE DE GABINETE** ISABELLA LIRA FIGUEIREDO **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DE BIO-MANGUINHOS** | **COORDENAÇÃO** RENATA RIBEIRO GÓMEZ DE SOUSA **EDIÇÃO** FLÁVIA LOBATO E RENATA RIBEIRO **REDAÇÃO E REPORTAGEM** ELISANDRA GALVÃO, FLÁVIA LOBATO E RODRIGO PEREIRA **CONSELHO EDITORIAL** AKIRA HOMMA, BEATRIZ FIALHO, ELAINE TELES, ELAINE VASCONCELOS, GISELE CHADS, GUSTAVO FURTADO, ISABELLA FIGUEIREDO, LUIZ ANTONIO DE ASSIS, MONIQUE STÁVALE, PRISCILA FERRAZ, REINALDO DE MENEZES E RENATA RIBEIRO **DIAGRAMAÇÃO** DANIELLE GUEDES **COLABORAÇÃO** ALESSANDRA LOPES, BERNARDO PORTELLA, DANIELLE DOS SANTOS, DENISE NASCIMENTO E TALITA WOTKE **FOTOS** BANCO DE IMAGENS DE BIO-MANGUINHOS, MULTIMAGENS/FIOCRUZ, SITE DA ENSP E PETER ILICIEV **CAPA** DANIELLE GUEDES **DISTRIBUIÇÃO** SETOR DE APOIO **TIRAGEM** 2.500 EXEMPLARES

Carta pública

em defesa de Bio-Manguinhos como empresa pública federal da Fiocruz



Os membros do CPE manifestam seu apoio integral à proposta de constituição de Bio-Manguinhos/Fiocruz como empresa pública federal vinculada à Fiocruz.



O Conselho Político e Estratégico (CPE) de Bio-Manguinhos/Fiocruz, órgão consultivo para o apoio à orientação político-estratégica, constituído por conselheiros representantes da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Instituto Butantan, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde, e por dois servidores da unidade, vem a público manifestar a sua posição frente à proposta de novo modelo jurídico-institucional para Bio-Manguinhos/Fiocruz.

O CPE analisou, na última reunião ordinária, realizada em 4 de abril de 2012, as propostas em pauta; e, considerando a situação atual de desenvolvimento e produção de imunobiológicos (vacinas, biofármacos, reativos para diagnóstico) no mundo – que vem ocorrendo em um processo acelerado e com alta competitividade – concluiu que: o atual modelo jurídico ao qual Bio-Manguinhos está subordinado não permitirá dar respostas adequadas, em tempo oportuno, às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). Bio-Manguinhos precisa ter um novo marco legal que permita mecanismos flexíveis de administração e gestão para cumprir a sua missão institucional e atender aos compromissos institucionais de dar acesso universal aos insumos essenciais para a saúde da população brasileira, com qualidade e eficácia.

Diante do grande desafio de garantir o acesso universal a insumos estratégicos de saúde pelo SUS, bens essenciais à sociedade e à soberania do País, os membros do CPE manifestam seu apoio integral à proposta de constituição de Bio-Manguinhos/Fiocruz como empresa pública federal da Fiocruz. Esta proposta será submetida à Plenária Extraordinária do 6º Congresso Interno, no período de 9 a 11 de maio de 2012, para discussão e deliberação, consideradas todas as possíveis salvaguardas que este congresso possa vir a estabelecer para a constituição da mesma. ■



O secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha (ao centro), com os membros do CPE (da esquerda para a direita):

- Jorge Kalil, diretor do Instituto Butantan
- Luiz Alberto Pereira, chefe do Laboratório de Controle de Reativos para Diagnóstico de Bio-Manguinhos/Fiocruz
- Akira Homma, presidente do Conselho Político e Estratégico de Bio-Manguinhos/Fiocruz
- Artur Roberto Couto, diretor de Bio-Manguinhos/Fiocruz
- Nelson Brasil, vice-presidente da Abifina
- Pedro Palmeira, chefe do Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos do BNDES
- Simone Borges, analista de gestão de Bio-Manguinhos/Fiocruz
- Zich Moyses Júnior, diretor do Complexo Industrial da Saúde (Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde, SCTIE/MS)

Rodrigo Pereira

Por uma **Fiocruz** mais **forte**

Diretor de Bio-Manguinhos visita outras unidades para explicar por que uma empresa pública federal é uma solução para as áreas de produção

É fundamental irmos para a Plenária Extraordinária sabendo exatamente qual é a decisão que estamos tomando, e com a clareza do que estamos fazendo, independentemente do nosso ponto de vista". A afirmação do diretor de Bio-Manguinhos, Artur Couto, foi feita nas 16 unidades da Fiocruz que visitou a partir do mês de março. A frase mostra a sua disposição em ampliar o debate e esclarecer dúvidas relacionadas à proposta de criação de uma subsidiária para a área de produção, uma das deliberações do 6º Congresso Interno, que aconteceu em outubro de 2010.

A relevância do tema, cuja discussão é fundamental para a Fiocruz continuar exercendo papel estratégico no sistema de saúde do Estado brasileiro, motivou o diretor de Bio-Manguinhos a visitar as unidades, onde apresentou a conclusão de dois estudos feitos por consultores para desmistificar a criação de uma subsidiária. "Buscamos esclarecer e fomentar o diálogo para as pessoas irem para a Plenária mais conscientes. Nossa proposta foi a de amadurecer o debate, tanto internamente quanto nas outras unidades, onde, ao compartilharmos informações, inclusive mudamos algumas opiniões. As pessoas queriam respostas e nós procuramos dar". Segundo ele, uma questão desta magnitude para a instituição não pode ser tratada em apenas três dias de congresso (de 9 a 11 de maio).

A Diretoria de Bio-Manguinhos vem trabalhando desde 2009, com o aval do Conselho Deliberativo da Fiocruz, para apresentar uma alternativa ao atual modelo jurídico, que gera inúmeros entraves para o Instituto atender às demandas do Ministério da Saúde (MS), que crescem anualmente. Nesse sentido, Bio encomendou um estudo a um escritório de advocacia, que apontou, dentro dos modelos jurídicos já regulamentados em lei, a proposta de constituição de uma empresa pública federal. E também solicitou um estudo de viabilidade econômico-financeira a Fundação Getúlio Vargas (FGV) (*leia os detalhes sobre o estudo de viabilidade econômico-financeira na página 6*).



Artur Couto com o presidente Paulo Gadelha na Assembleia Geral de Bio-Manguinhos; Juliano Lima, diretor de Recursos Humanos da Fiocruz fala sobre gestão de pessoas na unidade; o diretor da Escola Nacional de Saúde Pública, Antônio Ivo, recebeu a Diretoria do Instituto



“

Não há a menor intenção de nos desvincularmos da Fiocruz. Pelo contrário, queremos continuar sendo do Estado. Exigiremos as salvaguardas para garantir essa condição.

Artur Couto, diretor de Bio-Manguinhos/Fiocruz

Eduardo Leal (diretor do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde); Umberto Trigueiros (diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde) e Carlos Maciel (diretor do Instituto Fernandes Figueira) receberam o diretor Artur Couto em suas unidades



Por que uma empresa pública?

O atual modelo jurídico da Fiocruz (fundação pública de direito público que funciona como autarquia) impõe sérios empecilhos às atividades das unidades de produção. Para dar conta das crescentes solicitações do ministério, é necessário produzir em escala industrial para reduzir o alto custo fixo e, com isso, atuar como regulador de preços no mercado. Equipamentos importados de grande complexidade, que exigem manutenção especializada, estão operando em mais de 90% da sua capacidade. Qualquer falha pode comprometer o fornecimento. "Precisamos melhorar nosso programa de manutenção, que inclui técnicos especializados que vêm de fora e contratar pessoas, o que é uma dificuldade no atual sistema", explica Artur.

Outro ponto de entrave é a dificuldade para realizar as reformas necessárias das atuais instalações. Muitas precisam ser adequadas, devido às exigências de órgãos regulatórios. Para atender às novas resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), é preciso paralisar por, pelo menos, dois anos as atividades de produção. Com isso, não conseguiríamos cumprir nossas metas de entregas aos programas do governo federal. Outro exemplo é a reforma do Pavilhão Rockefeller, onde é produzida a vacina febre amarela, essencial para o país e exportada para países africanos. O projeto, pronto para ser licitado, teve de ser suspenso, após decreto da presidenta Dilma Rousseff proibindo reformas. "Há situações que fogem da nossa responsabilidade e impactam o nosso trabalho", observa o diretor.

A maioria das dificuldades apontadas pode ser solucionada, caso Bio-Manguinhos se torne uma empresa pública federal, o que proporcionará agilidade para atender às solicitações do MS no prazo, garantindo o acesso universal a insumos essenciais para a saúde da população. O Instituto continua atrelado à Fiocruz, controlado exclusivamente pela Fundação, além de respeitar as suas cinco cláusulas pétreas. Dentre estas, "ser uma instituição pública estatal e estratégica". "Não há a menor intenção de nos desvincularmos da Fiocruz. Pelo

contrário, queremos continuar sendo do Estado. Exigiremos as salvaguardas no projeto de lei que será elaborado pelo governo para garantir essa condição. Caso contrário, não nos interessa", declarou Artur.

Para uma empresa pública, funcionários públicos. Os servidores que já trabalham na unidade terão seus direitos assegurados, e Bio-Manguinhos terá a possibilidade de realizar concursos públicos e reduzir o número crescente de terceirizados. Na área orçamentária, os recursos poderão ser alocados conforme a necessidade, o que não é possível atualmente. Hoje, não há margem, se necessário, para modificar a programação orçamentária em relação às rubricas. Além disso, empréstimos poderiam ser captados junto a instituições públicas financeiras – como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Isso agilizará muito a finalização de obras e compra de equipamentos, cujos recursos dependem exclusivamente do Ministério da Saúde, acelerando a cadeia de inovação da saúde pública do País. "Muitas vezes somos questionados pela demora na conclusão de um prédio, por exemplo – às vezes são oito anos ou mais. Mas atrasamos porque os recursos não são repassados no prazo. E se não há fluxo de caixa, a obra não evolui", afirma o diretor de Bio.

A maioria das dificuldades apontadas pode ser estendida a diversas outras instituições públicas. Este fato aponta para a necessidade de uma ampla reforma do Estado brasileiro. Bio-Manguinhos apoia a reforma, porém entende que essa alternativa demanda um tempo pelo qual a Fiocruz e, principalmente, suas unidades de produção não podem esperar, sob o risco de não conseguirem cumprir a sua missão institucional. Por isso apresentou uma solução baseada em um estudo de viabilidade cujo objetivo é fortalecer ainda mais a Fiocruz. A decisão caberá aos delegados.

Os diretores Joel Majerowicz (Centro de Criação de Animais de Laboratório); Tânia Araujo (Instituto Oswaldo Cruz) e Nara Azevedo (Casa de Oswaldo Cruz) também debateram o novo modelo



VANTAGENS



TRABALHISTAS

- Maior agilidade na abertura de vagas de concurso público, conforme a necessidade de ampliação do quadro para atender às demandas do MS
- Direitos e deveres do celetista semelhantes aos dos servidores (RJU)
- Substituição do quadro de terceirizados, salvo o que é permitido por lei e que seja de interesse para a melhor gestão dos recursos públicos
- Cessão de servidores da Fiocruz ou de outro órgão com ônus (respeitando todos os direitos, vantagens e remunerações atribuídos aos funcionários cedidos)

ORÇAMENTO E INVESTIMENTO

- Orçamento plurianual
- Recursos sem rubrica específica, que poderão ser alocados para atender às demandas do governo
- Apoio financeiro de instituições públicas ou privadas
- Empréstimos junto ao BNDES, Finep e outras instituições públicas financeiras, assim como financiamento de empresas privadas

COMPRAS

- Sujeitas às regras de licitação previstas na Constituição Federal
- Possibilidade de adoção de procedimentos licitatórios específicos para empresas públicas e sociedades de economia mista pela Emenda Constitucional 19/98



ALGUMAS DIFICULDADES



As crescentes demandas dos programas do governo federal geram a necessidade de mais mão-de-obra qualificada e de infraestrutura adequada. O atual modelo jurídico impede que tais respostas sejam dadas no prazo. Historicamente, o quantitativo de vagas aprovadas tem sido muito menor do que a unidade e a Fiocruz demandam.



A falta de um orçamento plurianual faz com que os recursos recebidos do MS tenham que ser executados até o dia 15 de dezembro do ano corrente, sob o risco de devolução do montante não gasto.

Estudo traça cenários e indica a viabilidade do novo modelo

A Diretoria de Bio-Manguinhos vem trabalhando, desde 2009, com o aval do Conselho Deliberativo da Fiocruz, para apresentar uma alternativa ao atual modelo jurídico, que gera inúmeros entraves para o Instituto atender às demandas do Ministério da Saúde (MS), que crescem anualmente.

Para projetar como a flexibilização do modelo e melhores condições de financiamento podem incrementar a atuação institucional, Bio-Manguinhos encomendou um estudo de viabilidade econômica e financeira à Fundação Getúlio Vargas (FGV), considerando a proposta de constituição de uma empresa pública federal, para garantir uma capacidade mais efetiva de resposta às demandas sanitárias do País.

O estudo demonstrou a viabilidade econômica e financeira deste novo modelo, cujas vantagens se concentram nas áreas de recursos humanos, orçamentária e de investimentos.

Foram consideradas as receitas, custos e despesas, a partir das demandas, projetos e necessidade de investimentos, tendo em vista um horizonte de dez anos à frente. Três cenários foram traçados: sem impostos, com impostos e com impostos e isenções fiscais. Em todos, ficou comprovada a autossustentabilidade da unidade, sendo o melhor cenário projetado o sem impostos. ■



Maturidade para debater o novo modelo. Responsabilidade para decidir o futuro. Integralidade para fortalecer a Fiocruz. Estes são alguns princípios que vão nortear a Plenária Extraordinária do 6º Congresso Interno da Fiocruz – certamente mais um momento ímpar na tradição democrática da instituição. Nas próximas páginas, representantes das áreas de inovação, desenvolvimento tecnológico e produção revelam ao *BioNotícias* como a constituição de uma empresa pública federal, governada pela Fiocruz, fortalece ainda mais a missão institucional e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Maturidade

para debater

Responsabilidade

para decidir

Integralidade

para fortalecer

Flávia Lobato | Rodrigo Pereira

Para vice-presidente de Produção e Inovação da Fiocruz, Jorge Bermudez, novo modelo fortalece ainda mais a missão social da instituição



Jorge Bermudez
Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde
da Fiocruz

Bermudez graduou-se pela Faculdade de Medicina da UFRJ em 1971. Fez mestrado em doenças infecciosas e parasitárias, também na UFRJ, em 1976, e doutorado em ciências (Saúde Pública) na Ensp, em 1995. É pesquisador-titular da Ensp/Fiocruz. Antes de voltar para a Fiocruz, exerceu o cargo de diretor da Unitaid de 2007 a 2011. Entre 2004 e 2007, chefiou a Unidade de Medicamentos, Vacinas e Tecnologias em Saúde da Opas/OMS para a região das Américas. Bermudez foi diretor da Ensp/Fiocruz (2001 e 2004) e coordenador de Pesquisa (1997 a 1998).

Ocupou a presidência do Instituto Vital Brazil em duas oportunidades (1999 a 2001 e 1987 a 1991). Em ambas foi eleito presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (Alfob). Bermudez foi secretário-executivo adjunto do Ministério da Saúde em 1993 e diretor de Farmanguinhos entre 1985 e 1987. Tem publicado artigos, livros e capítulos sobre temas como saúde pública, políticas farmacêuticas, acesso a medicamentos e propriedade intelectual, e orienta alunos de mestrado e doutorado nessas áreas.

O contexto e a oportunidade de fortalecer a Fiocruz estatal e estratégica

Não há, no mundo, uma instituição com as características da Fiocruz, que é regida por três dinâmicas principais: a complexidade de suas atividades (ensino, pesquisa, produção etc.), a abrangência de sua presença no País e a dimensão internacional. O Brasil encarou com ousadia o desafio de ter um sistema de acesso universal para mais de 190 milhões de habitantes. E o setor produtivo é uma parte importante do SUS.

Atualmente, a Política Industrial está complementada afinada com a Política de Saúde. São provas disso o Complexo Industrial da Saúde; a aprovação de diversas parcerias com participação da Fiocruz; e a inclusão de questões institucionais centrais na agenda prioritária do Ministério da Saúde – como a inauguração do Centro Integrado de Protótipos, Biofármacos e Reativos para Diagnóstico (CIPBR)/Bio-Manguinhos e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde da Fiocruz (CDTS), previstas, respectivamente, para o fim de 2012 e 2013.

Ao mesmo tempo, há uma nova junção de laboratórios privados que estão formando dois grandes conglomerados para avançar na área de biotecnologia, com apoio do BNDES. Compete à Fiocruz estar à frente destas discussões junto ao governo e aos órgãos de financiamento, para garantir a manutenção das atividades e nichos que são próprios do Estado; e também estabelecer e gerir estrategicamente as parcerias necessárias para liderar este processo. Um bom exemplo é a vacina dengue: por meio de uma parceria de desenvolvimento conjunto estamos avançando para obter um produto de alta relevância para a saúde pública. Isso mostra quão importante é a Fiocruz poder estabelecer um diálogo mais fácil, mais igual, na discussão do setor produtivo de saúde, mantendo a integralidade institucional.



A Fiocruz deve poder estabelecer um diálogo mais fácil, mais igual, na discussão do setor produtivo de saúde, mantendo a integralidade institucional.

Internacionalização institucional

Passei sete anos entre Washington e Genebra e senti o profundo respeito que os países e as instituições internacionais têm pela Política de Saúde no Brasil, pelo Ministério da Saúde, pela Fiocruz e por sua capacidade de realização no País e no mundo, principalmente na América Latina, África e em países emergentes que realmente precisam, mas às vezes carecem de instituições fortes como a nossa. A Fiocruz hoje apoia várias iniciativas brasileiras na relação com a União de Nações Sul-Americana (Unasul), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os BRICS (Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul). Essa projeção mundial requer respostas adequadas do setor público, que deve mostrar ser capaz de uma ação concreta, efetiva e de peso no âmbito internacional.

Exemplo disso é nossa condição de maior produtor público da vacina febre amarela. Além de atender às demandas nacionais, exportamos para mais de 60 países, o que não é, absolutamente, uma atividade privada, mas a utilização de nossa capacidade para atender às demandas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Não fosse assim, vários países da África continuariam a ser assolados pela meningite AC. Graças a uma exitosa parceria de Bio-Manguinhos com Cuba garantimos o fornecimento da vacina meningocócica AC àquele continente. É preciso entender que isso faz parte de nossas responsabilidades e compromissos públicos e sociais.

A subsidiária e a integração da cadeia de inovação da Fiocruz

A Fiocruz é a maior instituição de C&T em saúde da América Latina e tem papel pioneiro e de ponta nos processos de inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, assistimos aos rápidos avanços do setor privado, que acumula experiência em biotecnologia — uma área prioritária para o Brasil e para o mundo. Neste cenário, é imperativo fortalecer a capacidade pública. Temos que trabalhar tanto no aporte direto de produtos das novas gerações para a população brasileira, quanto no estabelecimento de parcerias estratégicas para responder aos desafios crescentes na implementação do SUS e do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, que são cada vez mais sinérgicos. É urgente, portanto, implementar mecanismos mais ágeis de gestão pública. Caso contrário, perderemos uma oportunidade única de avançar, conjugando compromisso, responsabilidade e desenvolvimento econômico-social para o Brasil e sua população.

Uma empresa pública federal, com uma nova forma de governança para a produção, é uma experiência única na área de saúde, que permitirá alimentar o círculo virtuoso da cadeia de inovação, integrando pesquisa, desenvolvimento e produção. A subsidiária contribuirá para potencializar a complementaridade que há entre as unidades e centros de pesquisa regionais da Fiocruz (*leia mais na entrevista de Carlos Morel, nas páginas 10 e 11*). Bio e Farmanguinhos poderão atuar ainda mais fortemente em vários espaços da cadeia produtiva, como a pesquisa e o desenvolvimento, solidificando parcerias e atuando sempre e cada vez mais em conjunto com outras unidades da Fiocruz. O CIPBR é estratégico para desenvolver produtos desde a fase inicial de prototipagem até o escalonamento industrial. Outra ligação importante é de Bio com o CDTS, que possibilitará a entrada de mais produtos no final dessa cadeia, que atenderão a importantes demandas sanitárias, com reflexos para impulsionar a economia do País. Hoje, Bio já trabalha muito integrado com o Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná) e outras unidades, desenvolvendo produtos potenciais para diagnóstico, uma área prioritária mundialmente, na qual a Fiocruz está avançando muito.

Produção e inovação não são atividades específicas de uma unidade, mas que integram e perpassam várias delas. O importante é chegarmos à população com os produtos que as pessoas precisam incorporados ao SUS, sejam vacinas, kits para diagnóstico, biofármacos, equipamentos, tecnologias e novos produtos. Vale lembrar que o desenvolvimento e a produção incluem vários produtos novos e potenciais como anticorpos monoclonais, nos quais BioManguinhos está trabalhando. A biotecnologia está aumentando muito sua inserção no SUS, principalmente no setor privado. Mas este movimento deve ser acompanhado por uma forte participação do setor público.

Precisamos aproveitar esta oportunidade de criar a empresa pública federal, com apoio de todas as instâncias governamentais. Acredito na viabilidade do novo modelo, com o controle e a governança da Fiocruz, para aperfeiçoar a gestão e promover a Fiocruz forte e o Estado forte. Precisamos dar este passo à frente.

Da decisão interna à implementação

Caso a subsidiária para a área produtiva seja autorizada no Congresso Interno — já que não se trata de uma medida automática que passará a vigorar —, teremos que agir, debater amplamente com o governo, e coordenar com firmeza a implementação desta decisão. Precisaremos discutir o nosso papel com os governos locais e nacional, a OMS, as grandes agências internacionais, o setor produtivo. Trabalharemos para assegurar a preservação de tudo o que está sendo defendido e decidido pela comunidade Fiocruz.

A Fundação sempre teve o compromisso de avançar em propostas que fortaleçam sua integralidade e, agora, não será diferente. Nunca cogitamos privatizar a Fiocruz. Sempre defendemos a Fiocruz estatal e estratégica, mas com melhor capacidade de resposta. Não podemos atrasar o fornecimento de produtos nem um dia, pois o impacto negativo não é só para Bio, a Fiocruz, o MS. É para a população. A Fundação tem que trabalhar pela manutenção de suas conquistas, assim como ser orientada pela excelência.



Podemos avançar, desde que haja maturidade e coragem de optar por uma proposta ousada, concreta e absolutamente inserida no SUS.

“Uma decisão madura, segura e de olho no futuro”

Na história da Fiocruz sempre tivemos vitórias e avanços no momento certo, assim como resistimos para não permitir que a integralidade da Fiocruz fosse quebrada quando se tentou (nos anos 90). O novo modelo certamente levará a Fiocruz a uma maior sintonia com o contexto atual do Brasil e do mundo. Estamos diante da possibilidade de avançar, desde que haja maturidade e coragem de optar por uma proposta ousada, concreta e absolutamente inserida no SUS que todos nós defendemos.

A Fiocruz respeita a democracia e o poder de decisão do Congresso Interno e esta Plenária Extraordinária é um grande avanço. O processo tem sido não só muito discutido, como esclarecido, com a apresentação de conteúdos para reflexão, que indicam que é preciso ousar. Não podemos mais protelar esta definição. Espero que o Congresso tenha a maturidade necessária para votar “Sim”, e que permita prosseguirmos no desenvolvimento de uma proposta real e de acordo com a integralidade e princípios institucionais. Nossa causa comum é trabalhar pela Fiocruz que tem 112 anos, projetando pelo menos 20 anos adiante. Para isso, temos que nos livrar das amarras que impedem e dificultam nosso caminhar. Desejo que os delegados tomem uma decisão madura, segura e com vistas ao futuro, na Plenária, mantendo os princípios que defendemos da integralidade institucional e da Reforma Sanitária em nome da população brasileira que recebe nossos produtos. Acredito no compromisso que todos temos com a Fiocruz e com o SUS.



Carlos Morel
Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) da Fiocruz

O diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), Carlos Morel, está na Fiocruz desde 1978. Veio da Universidade de Brasília, ingressou como pesquisador e iniciou um novo Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular no Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Foi diretor daquela unidade, vice-presidente de Pesquisa na gestão de Sérgio Arouca e presidente da Fiocruz (de 1993 a 1997), período marcado pelo impeachment do presidente Fernando Collor (1992) e pelo Plano Real (1994). À época, Morel participou da luta por um Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia (C&T) mais digno, junto com a Asfoc. Ele atuou na Organização Mundial da Saúde (OMS) como diretor do Programa de Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR) entre 1998 e 2003, quando regressou à Fundação para se engajar no projeto do CDTS. Membro nato do Congresso Interno, Carlos Morel fala ao *BioNotícias* sobre a cadeia de inovação no contexto da proposta de criação de uma subsidiária.

BioNotícias – Em 2010, o Congresso Interno deliberou que a Plenária Extraordinária debaterá uma subsidiária restrita à produção, não envolvendo desenvolvimento tecnológico (DT). Prevaleceu o entendimento que separa a pesquisa básica da aplicada?

Carlos Morel – A questão é mais complexa. A pretensa separação entre pesquisa básica (estrita às universidades) e aplicada (de competência da indústria) é fruto do relatório "Ciência, uma fronteira sem fim" publicado em 1945, após a 2ª Guerra Mundial, pelo então assessor do presidente dos EUA, Vannevar Bush. A aplicação acrítica deste modelo, no Brasil, levou a um setor acadêmico que pouco interage com o setor produtivo e a uma indústria nacional pouco competitiva.

Hoje, acredita-se em modelos alternativos, como o Quadrante de Pasteur, no qual a pesquisa básica inspirada no uso faz a ponte entre pesquisa, DT, inovação e produção, no contínuo de processos que vai da invenção à inovação. Digo que poderia ser o Quadrante de Oswaldo Cruz ou de Carlos Chagas, que, desde as origens da instituição se inspiraram na filosofia pasteuriana, e nunca compartimentalizaram a aplicação da pesquisa básica na saúde. Mas, neste contínuo, as necessidades e requisitos de cada etapa são muito diferentes. É preciso adotar procedimentos próprios aos processos utilizados, como Boas Práticas de Laboratório na pesquisa; Boas Práticas Clínicas nos ensaios de novos medicamentos e Boas Práticas de Fabricação na manufatura de um novo produto em larga escala.



A escala de operações, os requisitos e cronogramas inflexíveis exigem investimentos financeiros, operacionais e de gestão de outra ordem de grandeza em Bio e Farmanguinhos.

BN – Do Congresso, em 2010, até a atual preparação para a Plenária Extraordinária a discussão sobre o novo modelo amadureceu?

CM – Houve uma transição importante. Esclareceu-se que qualquer mudança respeitará e reforçará as cláusulas pétreas da Fiocruz: uma instituição pública e estatal, que garante o compromisso social por meio de uma gestão democrática, que busca eficiência e eficácia gerencial, e que mantém sua integralidade institucional. Estes pontos são fundamentais e tornam a discussão muito mais madura e produtiva.

BN – Em seu retorno à Fiocruz, o senhor lembrou que um pesquisador importante reclamava: "Isso aqui está se transformando em fábrica de vacina!". Como as unidades produtoras fortalecem a cadeia de inovação? Como a formação de um "Conglomerado Fiocruz" fomenta o sistema de inovação?

CM – A frase é do querido Herman Lent, um dos pesquisadores cassados em 1970. Eu lembrava a ele que produzir vacinas foi uma das primeiras missões do Instituto Soroterápico Federal. E que a visão pasteuriana de Oswaldo Cruz convenceria o então governo de que produção de vacinas e soros, isolada de pesquisa e ensino, estaria fadada ao fracasso. Eu dizia: "Herman, se quiserem transformar a Fiocruz em apenas uma fábrica de vacinas, estarei ao seu lado. Mas se a ideia é fazer uma verdadeira fábrica de vacinas – que pesquise, desenvolva e produza o que nossa população necessita – espero que você defenda a visão de nossos fundadores, que sempre batalharam por uma instituição produtiva em todas as áreas". Concordávamos e nos comprometíamos a lutar por uma verdadeira Fiocruz, não uma instituição menor, uma fábrica "caixa-preta".

Conquistas e avanços recentes mostram claramente que a Fiocruz se atém a esta visão maior, investindo em toda a cadeia de DT e inovação, em vez de adquirir tecnologias e equipamentos ultrapassados. Bio-Manguinhos deu um salto na produção de vacinas nas últimas décadas e dará um "salto com vara" com a planta de Santa Cruz. Isto exige processos e modelos mais complexos e poderosos, apropriados para produção em grande escala. Por isso, a proposta de Conglomerado Fiocruz, tão bem discutida pela representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) no primeiro seminário do Congresso Interno, me atraiu tanto.

BN – *Fala-se muito do protagonismo da Fiocruz na reforma do Estado. O senhor defende que devemos começar pelas reformas internas possíveis. Qual o risco de não mudar o modelo?*

CM – Esta instituição é ímpar, responsável, realista, líder e ousada. Neste Congresso defenderei reformas profundas e realistas. Devemos fugir de mini reformas, como "um pouco mais do mesmo", e evitar propostas muito abrangentes, de complexa negociação e difícil implementação a longo prazo.

BN – *O senhor defende um sistema internacional que reúna os inovadores em saúde pública. De que forma instituições âncoras para o SUS, a exemplo da Fiocruz, alavancam esse sistema nos países em desenvolvimento, como o Brasil?*

CM – Passei cinco anos e meio no exterior, e dividia meu tempo entre viagens a países ricos (onde buscava recursos para financiamento de projetos do TDR) e países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina (onde financiávamos projetos de pesquisa básica, aplicada, clínica, epidemiológica, operacional etc.). Aprendi muito, reconhecendo particularmente o papel do Brasil como país emergente e a Fiocruz como instituição sem igual nos países em desenvolvimento, capaz de assumir uma liderança nacional, regional e até global em saúde e C&T. Única, porque sua missão e atuação estão voltadas para a saúde, mas com base científica, tecnológica e industrial nos países emergentes. É uma verdadeira instituição âncora, importante fora das nossas fronteiras, que colabora com países da América Latina, África e Ásia, através de várias redes e parcerias (produtores e agências reguladoras de vacinas da OMS; Acordo Índia-Brasil-África do Sul; rede dos Institutos Pasteur; parcerias para o desenvolvimento de produtos, como *Drugs for Neglected Diseases Initiative - DNDi*, da qual a Fiocruz é uma das fundadoras e tem assento permanente no Conselho Diretor).

BN – *A expansão da Fiocruz traz mais representatividade e mais responsabilidade. As demandas crescem e nem sempre é possível acompanhar o dinamismo da biotecnologia, os marcos regulatórios etc. É o paradigma de uma instituição orientada pela inovação que se arrisca a ficar obsoleta?*

CM – Como em "Alice no País das Maravilhas", mesmo para manter a situação atual, a Fiocruz tem que correr cada vez mais rápido, para acompanhar uma evolução científica e tecnológica ágil, profunda, sem precedentes. Não só a Fiocruz. Tanto o setor público quanto o privado precisam de novas abordagens e iniciativas para lidar com a evolução do conhecimento e da tecnologia. Até as maiores

indústrias farmacêuticas nacionais estão se associando para sobreviver, com total apoio do BNDES. Os laboratórios Aché, EMS, União Química e Hypermarcas formarão a BioBrasil. Um outro megagrupo será composto pelas empresas Biolab, Cristália, Eurofarma e Libbs. Estas oito poderosas indústrias viram que menosprezar as farmacêuticas multinacionais ("BigPharmas") seria suicídio coletivo.

A Fiocruz tem múltiplos desafios, mas as dificuldades são bem maiores em Bio e Farmanguinhos. A escala de operações, os requisitos e cronogramas inflexíveis (inerentes às atividades) exigem investimentos financeiros, operacionais e de gestão de outra ordem de grandeza. Os requerimentos para instalações de águas especiais e vapor puro do Centro Integrado de Protótipos, Biofármacos e Reativos para Diagnóstico (CIPBR) demandam R\$ 59 milhões. Já a planta industrial de Santa Cruz, um investimento de R\$ 1 bilhão, atuará em escala ainda maior.

BN – *Ponderando, quais os benefícios e riscos da aprovação de uma empresa pública federal? Por outro lado, o que acontece se a opção for pela conformação atual da Fiocruz?*

CM – Vejo a subsidiária como um salto para o SUS. O ex-presidente Lula dizia quando vinha à Fiocruz: "Isto aqui sim, é o SUS que queremos". A subsidiária representa algo bem maior e mais relevante que um "puxadinho". Será uma evolução qualitativa e construtiva da Fiocruz pública e estatal da qual tanto nos orgulhamos, mas terá condições muito melhores para servir ao SUS.

BN – *A ideia de um novo modelo para a Fiocruz, é, em si mesma, inovadora?*

CM – Absolutamente inovadora, tenho certeza. Ironicamente, talvez seja a primeira reforma harmônica e construtiva, feita em colaboração, não por enfrentamento com o governo, pois vai na mesma linha de programas prioritários como o PAC/Mais Saúde, o Brasil sem Miséria, o Ciência sem Fronteiras e o Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Muitas das nossas lutas se deram durante a ditadura ou no período da redemocratização contra autoridades legais ou ilegalmente constituídas. Moldar, em estreita colaboração com um governo democraticamente eleito, uma reforma progressista e inovadora, que melhorará o SUS e que poderá deixar a marca Fiocruz na gestão de todo o setor público, é uma oportunidade única para nossa instituição.

“

Moldar, em colaboração com um governo democraticamente eleito, uma reforma progressista e inovadora, que melhorará o SUS e deixar a marca Fiocruz na gestão do setor público, é uma oportunidade única para nossa instituição.





Mário Moreira
Vice-diretor Institucional do Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná)



Hayne Felipe da Silva
Diretor de Farmanguinhos



Com o atual modelo jurídico, Bio não consegue ter dinamismo nos seus processos.

Mário Moreira, vice-diretor Institucional do Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná)

A subsidiária é uma estratégia para este momento, o que não nos impede de buscar uma solução global dentro do Estado.

Hayne Felipe, diretor de Farmanguinhos

Sem tempo a perder

A organização do Estado brasileiro precisa mudar, estando a Fiocruz inserida nessa lógica. Essa é a conclusão de todos os atores envolvidos na discussão da mudança do modelo jurídico para as áreas de produção da Fundação. O que os diferencia é como conduzir essa mudança e, principalmente, o tempo necessário para executá-la. Representantes das unidades diretamente ligadas à fabricação de imunobiológicos e insumos para a saúde, como Bio-Manguinhos, Farmanguinhos e o Instituto Carlos Chagas (ICC/Fiocruz Paraná) estiveram em encontro promovido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Lá, reconheceram os empecilhos que a atual estrutura impõe às suas atividades e afirmaram que essa mudança deve acontecer o quanto antes.

O vice-diretor Institucional do ICC, Mario Moreira, conhece bem a realidade de Bio-Manguinhos, onde foi chefe de Gabinete. No Paraná, ele lida com questões diferentes, já que o ICC, que trabalha em estreita relação com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP) – criado a partir da associação entre a Fiocruz e a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia –, não está submetido às dificuldades de compras e financiamento que as unidades de produção instaladas no Rio de Janeiro enfrentam. Segundo ele, isso cria melhores condições para desenvolver o seu quadro de inovação. "Não se trata de infraestrutura, de profissionais mais competentes ou não. A diferença está no arranjo organizacional. Consigo trazer um equipamento do exterior em um mês; contratamos pessoas em um sistema muito mais simplificado; em duas ou três semanas conseguimos importar todos os produtos de que precisamos e que não estão disponíveis no mercado brasileiro. Isso nos possibilita um microssistema de inovação bastante eficiente", explica.

A parceria na área de reativos para diagnóstico entre o IBMP e Bio-Manguinhos também evidencia claras diferenças nos fluxos dos processos em ambas as instituições: o dinamismo que sobra no primeiro, falta ao segundo. "Toda nossa carteira de produtos está relacionada a Bio. Apresentamos nossos resultados com agilidade, mas isso não volta na mesma velocidade. Com o atual modelo jurídico, Bio-Manguinhos não consegue dar continuidade à nossa dinâmica", explica Moreira, que tem mais de 20 anos de experiência na área de produção.

O diagnóstico é compartilhado pelo diretor de Farmanguinhos, Hayne Felipe da Silva. Para ele, é preciso buscar saídas, mesmo que a proposta atual não seja a solução para todas as dificuldades da Fiocruz. "É necessária uma mudança estrutural do Estado. Mas acredito que isso não acontecerá a curto prazo. A Fundação, em outras situações, aprovou propostas que resolveram questões pontuais. A subsidiária é uma estratégia para este momento. Nada impede que continuemos buscando uma solução global dentro do Estado".

Diante do atual cenário, composto por crescentes demandas e expectativas do Ministério da Saúde na oferta de imunobiológicos, uma conclusão parece ser comum a todos: o atual modelo autárquico tem graves restrições. Uma empresa pública federal é vista como uma solução de curto prazo e capaz de garantir maior agilidade às unidades produtoras. "Se acreditarmos apenas na mudança da lei e na regulamentação do artigo 37 da Constituição Federal, vamos perder muito tempo. E tempo é o que não temos", conclui Hayne, sobre a outra possibilidade, apresentada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN). ■

Asfoc propõe

reforma do Estado e melhorias na gestão

Algumas proposições do sindicato também são vistas como necessárias por Bio-Manguinhos



Paulo Garrido, presidente da Asfoc-SN

Aprofundar a discussão para a Plenária Extraordinária do 6º Congresso Interno é condição *sine qua non* para o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc-SN). "Todos concordam que é preciso melhorar a forma como a Fiocruz presta serviços à população brasileira", afirmou a diretora da Secretaria Geral da Asfoc-SN, Luciana Lindenmeyer, durante a visita da Diretoria de Bio-Manguinhos à Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), no dia 10 de abril. Na ocasião, ela elogiou a iniciativa das visitas promovidas pelo Instituto às unidades da Fundação: "Devemos louvar a iniciativa de Bio, por estar trazendo esse debate e essa movimentação".

Quanto à proposta de Bio-Manguinhos, o sindicato apresentou pontos de contato e divergência. O consenso diz respeito ao diagnóstico dos problemas enfrentados pela área de produção e à necessidade de melhorias na gestão para toda a Fiocruz. Para Luciana, produzir insumos estratégicos é um direito de cidadania. "Compete ao Estado financiar estas atividades e nos dar condições de realizá-las".

Por outro lado, o sindicato diverge da solução apresentada pelo Instituto, que foi proposta a partir de um estudo autorizado por deliberação do 6º Congresso Interno, realizado em 2010: a constituição de uma empresa pública federal voltada para a área de produção de insumos estratégicos para a saúde, com controle, governança e capital integral da Fiocruz. ■



Luciana Lindenmeyer

“Devemos louvar a iniciativa de Bio por estar trazendo esse debate e essa movimentação.”

Luciana Lindenmeyer,
diretora da Secretaria Geral da Asfoc-SN

Melhorias apontadas

Durante a Plenária Extraordinária serão amplamente debatidas e votadas questões estratégicas para a instituição, como: melhorias incrementais e gerenciais; propostas na estrutura de governança, na gestão de pessoas e da Fiocruz.

O sindicato reconheceu as dificuldades para adquirir insumos e sugere enfrentá-las junto com as demais instituições da área de ciência e tecnologia do Estado brasileiro, que passam pelos mesmos problemas. Com o peso institucional deve-se reforçar a proposta apresentada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ao governo federal – expresso no PL 2177/11, que cria o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI), e já prevista na página 12 do Documento de Teses. A recomendação da Asfoc-SN é utilizar, ao extremo, as flexibilidades introduzidas pela Lei 12349 de 15 de dezembro de 2010, que altera a Lei 8.666/93.

Outra possibilidade para responder às flexibilizações na gestão é regulamentar o parágrafo 8º do artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece autonomia administrativa e financeira dos serviços através de “contratos de autonomia”.

Já para fortalecer o plano de carreiras e cargos, a Fiocruz deve seguir as negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); tendo em vista a valorização remuneratória; a possibilidade de ingresso por concurso para outros níveis de carreira que não exclusivamente a classe inicial, e outras assinaladas na página 24 do Documento de Teses.

Quanto às cooperações, a Fundação deve lançar mão de parcerias com universidades e outras organizações públicas e mesmo privadas, desde que reguladas de forma pública.

Prontos para o debate

Os debates promovidos durante as visitas da Diretoria de Bio-Manguinhos as 16 unidades nos seminários organizados pela Presidência da Fiocruz contaram com a ampla participação do público. A seguir, registros de alguns dos melhores momentos que refletem a riqueza do processo democrático, uma das marcas da instituição. ■



“A Fiocruz não pode mais ficar deitada em berço esplêndido. A discussão sobre um novo modelo é muito bem-vinda. Temos que aproveitar esta oportunidade sem medo de ser feliz. Precisamos ousar. Do jeito que estamos, até onde vamos conseguir chegar?”

Ilma Noronha, coordenadora Política-estratégica do Repositório Institucional do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz

“Vamos qualificar o discurso. Dizer que não temos propostas é tão absurdo quanto afirmar que uma subsidiária é o primeiro passo para a privatização da Fiocruz.”

Paulo Ribeiro, professor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e ex-presidente da Asfoc-SN



“A Fiocruz fez apenas cinco concursos em 20 anos. Uma melhoria na governabilidade é fortalecer o plano de carreira. Há 57 empresas privadas administrando força de trabalho na Fiocruz.”

Juliano Lima, diretor de Recursos Humanos da Fiocruz

“Se a gente não consegue enfrentar esse nó, que é político – e não de gestão – infelizmente daqui a dez anos estaremos com os problemas da produção, espero, resolvidos. Mas continuaremos com os mesmos problemas: uma pesquisa que não conversa com a produção, com a prática de saúde, com os serviços. A produção na Fiocruz não pauta a pesquisa e a pesquisa também não pauta a produção. Ou seja, temos agendas estratégicas diferentes há anos na mesma instituição. Isso demonstra a falta de um diálogo interno.”

Márcia Teixeira, pesquisadora adjunta do Laboratório de Iniciação Científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

“Mais do que um projeto de gestão eficiente, transparente, colegiada e socialmente controlada, estamos debatendo uma proposta de vanguarda aliada ao Projeto “Brasil Maior” e que destaca o compromisso da Fiocruz com o papel do poder público para prover acesso universal aos produtos para saúde, fortalecendo os princípios de Resolutividade e Universalidade do SUS.”

Ana Rabello, chefe do Laboratório de Pesquisa Clínica e do Centro de Referência em Leishmanioses da Fiocruz Minas

“Em todos os congressos internos os delegados discutiram possibilidades de aperfeiçoamento do modelo jurídico/gestão. Como servidora e delegada da unidade, sinto que, agora o Brasil esta aderindo ao Governo Aberto, com o qual um conjunto de medidas exigirão que as organizações públicas tenham padrões avançados de transparência. Por outro lado, tivemos a publicação do acórdão 1616/2012, determinando a reconfiguração de alguns aspectos de nosso modo de ação atual. Esta inflexão no Estado Brasileiro nos traz a responsabilidade de uma tomada de decisão coerente, pragmática e que faça sentido para a matriz institucional, mas que pode estar para além das melhorias incrementais. Acredito, que a empresa publica federal, com as salvaguardas que o congresso interno determinar, é uma possibilidade que preserva nossas cláusulas pétreas e, alinhada ao projeto institucional de longo prazo, pode integrar nossa cadeia de inovação, respeitando a integralidade da Fiocruz.”

Simone Borges, analista de gestão de Bio-Manguinhos/Fiocruz



“Estou em Bio há 20 anos. Em 1996, fui efetivado como terceirizado e para mim isso representou uma conquista profissional: trabalhar numa instituição de nome nacional e internacional. Agora a subsidiária é o nosso futuro, pois trará mais vantagens do que desvantagens para o Instituto. Pelo que já passamos, sei que a unidade está preparada. Tenho orgulho de Bio.”

Raouf Sykora, chefe do Departamento de Reativos para Diagnóstico de Bio-Manguinhos



“O Estado brasileiro é arcaico e precisa de reformas. Isso é claro para todos. A minha proposta é de uma mudança para toda a Fiocruz, mas não estamos seguros quanto a isso. Então, estudamos algo à parte. Nada nos impede de atuarmos em paralelo: trabalhar por uma mudança geral e também para a área de produção, cuja iniciativa já está bem adiantada.”

Valdiléa Veloso dos Santos, diretora do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas

“Não me sinto um profissional à parte ou com vínculo precário por ser terceirizado, apesar do sistema apontar para essa realidade. Esse sentimento nunca esteve em mim. Sinto-me um servidor no contexto da minha atividade, fazendo parte de Bio-Manguinhos há 11 anos. Acredito que, com a subsidiária, terei uma frente de ingresso em Bio por meio de concurso público.”

Marcus Vinícius de Lima, analista de Qualidade da Divisão de Auditorias e Treinamento de Bio-Manguinhos

“A pior possibilidade é quebrar as nossas cláusulas pétreas. Mas a integralidade dessa instituição vai ser destruída pelos impactos que nós estamos gerando, se não tivermos a coragem de olhar para a frente do cidadão brasileiro e fazer essas mudanças. Se queremos entregar, se queremos regular mercado, precisamos assumir um pacto com a mudança.”

Álvaro Funcia, coordenador de Gestão de Tecnologia da Informação da Fiocruz

Plenária Extraordinária do 6º Congresso Interno da Fiocruz

De 9 a 11 de maio de 2012 | Auditório da Ensp



“Nem tudo que se enfrenta pode ser modificado, mas nada pode ser modificado até que seja enfrentado.”
Albert Einstein